

## A VIOLÊNCIA EM GRANDE SERTÃO: VEREDAS

Jaime Ginzburg\*

### RESUMO

*Este estudo pretende examinar o tema da violência em Grande Sertão: Veredas, romance de João Guimarães Rosa. Nessa obra, a violência é encarada pelo narrador Riobaldo como interesse subjetivo, e então associada ao prazer. Essa dualidade resulta em uma concepção ambígua de justiça. Esse assunto é examinado considerando suas relações com os temas do demônio, da vida em bandos de jagunços e da paixão proibida, e com aspectos da construção da estrutura narrativa.*

Unitermos: *Violência; demônio; narrador; justiça; paixão.*

Uma das ambigüidades importantes de Grande Sertão: Veredas (1) está no modo como o narrador-protagonista Riobaldo se relaciona com a vida jagunça. Sua posição oscila entre a identificação e o estranhamento, a aceitação e a revolta. Há um ponto da narração em que ele afirma: "Eu era um homem bastante trivial. A verdade que diga, eu achava que não tinha nascido para aquilo, de ser sempre jagunço não gostava" (p.53). Logo em seguida, ao relatar a cena em que é elogiado pelo Vupes, declara: "*Mas o mais garboso fiquei, prezei a minha profissão. Ah, o bom costume de jagunço. Assim que é vida assoprada, vivida por cima.*" (p.57).

Essa oscilação se define ao ponto de Riobaldo, por um lado, demonstrar interesse em abandonar completamente a vida jagunça ("*Vou para os Gerais! Vou para os Gerais!*" - eu dizia, me dizia", p.160) e, por outro, chegar a se tornar

---

\* Mestrando em Literatura Brasileira na FFLCH-USP.

1 ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1978. 12 ed.

líder no projeto de vingança dos judas.

A articulação dessas duas posições se vincula à visão que Riobaldo tem da vida jagunça, como uma condição intensamente violenta. *"Tudo, naquele tempo, e de cada banda que eu fosse, eram pessoas matando e morrendo, vivendo numa fúria firme, numa certeza, e eu não pertencia a razão nenhuma, não guardava fé e nem fazia parte"* (p.110). A idéia de que não fazia parte das atrocidades da jagunçagem aparece associada à ausência de uma "certeza", de uma "razão", de uma motivação definida. A indefinição dessa motivação é decisiva na formação da perspectiva do narrador Riobaldo. Cabe observar que a pesquisa sobre si próprio, que atravessa a narração, se volta para a relação entre *motivações e ações*, isto é, o problema da causalidade, em diferentes níveis temáticos - a paixão por Diadorim, o pacto e as forças demoníacas, as dificuldades do próprio ato de narrar.

Embora Riobaldo declare não fazer parte das atrocidades da vida jagunça, e não viver em "fúria firme", declara também ter gosto pelas armas e atração pela violência. Logo no início, afirma que, mesmo na velhice, já tendo deixado a jagunçagem, pratica exercícios de tiro, por diversão (p.9), e julga ter competência para lidar com eventuais conflitos armados de terra (p.21). Em vários momentos Riobaldo menciona sua *disposição para matar* - no episódio de Jazevedão (p.17); na conversa sobre competência nas armas (p.131); quando descobre que o pai de Diadorim era Joca Ramiro (*"Pelo nome de seu pai, Joca Ramiro, eu agora matava e morria"*, p.34). Essa disposição ganha maior força quando se trata de Hermógenes. Riobaldo sente que o que há de mais importante em sua vida está essencialmente ligado ao ato de matar esse homem. *"A modo que o resumo de minha vida, em desde menino, era para dar cabo definitivo do Hermógenes - naquele dia, naquele lugar"* (p.434).

O fato de declarar não fazer parte das atrocidades da vida jagunça e, ao longo da narração, evidenciar sua própria disposição para a violência define uma forte ambigüidade do personagem, que envolve o problema, anteriormente mencionado, da causalidade, da motivação. Há um ponto em que Riobaldo entende que estar na jagunçagem não se justifica. *"Conforme eu pensava: tanta coisa já passeada; e, que é que eu era? Um raso jagunço atirador, cachorrando por este sertão (...) De que é que adiantava, se não, estatuto de jagunço? Ah, era. Por isso, eu tinha grande desprezo de mim, e cisma de todo o mundo"* (p.305/6). A ausência de uma justificativa clara lhe perturba, a ponto de desprezar a si mesmo. Num certo momento, Riobaldo se sente cansado da jagunçagem, supondo incerto que o que lhe incomodava era a violência: *"De repente, eu vi que não podia mais, me governou um desgosto. Não sei se era porque eu reprovava aquilo de se ir, com tanta maioria e largueza, matando e prendendo gente, na constante brutalidade"* (p.105). Porém, quando é valorizado por sua valentia (pelo Hermógenes, que ele vê como maligno) sente prazer. *"Eu gostei. (...) aí, eu fiquei inteiriço. Com a dureza do querer, (...) eu mesmo senti: eu, Riobaldo, jagunço, homem de matar e morrer com a minha valentia"* (p.155). O fato de ser destacado como jagunço, por aquele que *"nasceu formado tigre, e assim"*, lhe dá prazer. Ele define a si próprio como jagunço e homem que lida com a morte - *"homem de matar ou morrer"*. Por um lado, assim, a violência é a razão pela qual talvez Riobaldo se afastasse da jagunçagem; por outro, é o que faz com que se sinta integrado a ela. No primeiro caso, contempla a violência como algo externo a ele. No segundo, orgulha-se

de ser um agente dela. A violência ora é percebida como fenômeno externo, ora como iniciativa subjetiva, enraizada na interioridade de Riobaldo.

Essa ambigüidade se desenvolve no livro, envolvendo a questão da reversibilidade: a dialetização do externo e do interno.

*"Ah, o que eu agradecia a Deus era ter me emprestado essas vantagens, de ser atirador, por isso me respeitavam. Mas eu ficava imaginando: se fosse eu tivesse tido sina outra, sendo só um coitado morador, em povoado qualquer, sujeito à instância dessa jagunçada? A ver, então, aqueles que agora eram meus companheiros, podiam chegar lá, façanhosos, avançar em mim, cometer ruindades. Então? Mas, se isso sendo assim possível, como era pois que agora eles podiam estar meus amigos?!" (p.308).*

Ao supor a troca de posições entre agentes e vítimas da violência, Riobaldo problematiza sua relação com o grupo de jagunços. Para ser respeitado nesse grupo, nessa condição de vida, era importante ser hábil na capacidade de matar; a possibilidade de uma "sina outra", em que ele não estivesse na condição de agente da violência, poderia determinar sua sujeição à morte, sua sujeição a um grupo exatamente como o dele, e a alguém exatamente como ele. Mesmo sem mencionar a palavra morte, é em torno dela que Riobaldo, inquieto, se debate. A cena secreta, figura que se plasmava com a aceitação da reversibilidade entre agente e vítima, é a auto-destruição. A capacidade de destruição de Riobaldo (e seu grupo de jagunços) poderia se voltar contra ele próprio, convertendo-se em algo que, se fosse consciente e voluntário, se assemelharia a uma tensão suicida. Se se considera a reversibilidade, a violência externa, que se contempla, causa desconforto e motiva a abandonar a vida jagunça, não se distingue da violência interna, que atrai Riobaldo e o integra à vida jagunça. Assim, a consciência da reversibilidade de posições entre agentes e vítimas da violência faz com que Riobaldo perceba sua posição ambígua, de repulsa e atração pela violência. O componente trágico dessa posição é o fato de que, aceitando a condição jagunça, se sujeita à violência e à morte, por sua própria determinação.

As referências à coragem e ao medo estão ligadas à atitude ambígua em relação à violência. A valentia integra Riobaldo ao grupo; o medo perturba essa integração. *"Coragem em mim era variável"* (p.38), declara ainda no início da narração. Noutro ponto, comentando o ódio ao Hermógenes, declara ter medo *"da confusão das coisas, do mover desses futuros, que tudo é desordem"* (p.298). A imprevisibilidade pode ser pensada como uma suspensão da determinação dos efeitos por causas dadas; a desordem, a confusão podem ser interpretadas como situações de falta de encadeamento entre as coisas, os acontecimentos. O que traz medo a Riobaldo está associado à insuficiência dos esquemas de pensamento conhecidos para lidar com a complexidade da experiência.

Esse medo daquilo que não pode ser pensado se liga a outro, que afinal é o mesmo. O "medo de homem humano", que aparece quando Riobaldo comenta que os jagunços achariam natural incendiar um arraial, com *"gente como nós, com madrinhas e mães"* (p.307). O potencial de violência e destruição dos jagunços (tomado como algo externo a ele próprio) horroriza Riobaldo. O medo do que é imprevisível, desordenado, confuso, é também o medo do homem humano, violento, destruidor, que entende a destruição do outro como "questão natural, que podiam ir salientemente cumprir, por

obediência saudável e regra de se espreguiçar bem”. Quando fala em “gente como nós”, Riobaldo pensa na hipótese de reversibilidade entre agentes e vítimas da violência. A consciência da reversibilidade lhe permite vislumbrar que a destruição virtualmente se volta contra ele próprio - alguém como ele poderia morrer num incêndio causado por seu próprio grupo. Riobaldo sabe que ele próprio detém uma força de destruição, *ele próprio é agente de destruição*; se a violência dos jagunços horroriza, a dele próprio igualmente perturba; se a dos jagunços pode ser comparada a uma desordem, uma confusão imprevisível, porque para Riobaldo não se justifica, a dele igualmente é sentida como desordem, confusão imprevisível no interior de sua subjetividade. Seu horror reside, enfim, em não compreender a capacidade de destruição de seu grupo, nem a sua própria.

Essa profunda ambigüidade de Riobaldo, entre a coragem e o medo, entre a disposição para matar e o horror à violência, é fundante da problemática do personagem. Ele permanece durante longo tempo envolvido em uma condição de vida complexa, dividido entre o desejo de manter-se integrado a ela e o de abandoná-la. A condição de vida, no caso, supõe a sujeição à morte. Antonio Candido define o “mundo-de-jagunço” como um mundo onde a violência é uma norma de conduta (2). O respeito coletivo a essa norma se sustenta em uma ambigüidade, analisada por Walnice Galvão - a violência se vincula às noções de honra, vingança, enfim, a um ideário de justiça; a destruição e a crueldade, nesse quadro, ganham um caráter positivo (3).

Os líderes jagunços efetivamente são apresentados como justiceiros. Medeiro Vaz queria “*impor a justiça*”; Joca Ramiro “*também igualmente saía por justiça e alta política*” (p.37). E o plano de matar Ricardão e Hermógenes, levado por Zé Bebelo, Diadorim e pelo próprio Riobaldo, teria a função de vingar a morte de Joca Ramiro. As ações violentas dos jagunços teriam sua racionalidade, suas justificações. Riobaldo comenta que, antes de Medeiro Vaz se impor como jagunço, os gerais estavam invadidos por um “*imundo de loucura*”, em que não havia ordem social - “*tudo era morte e roubo, e desrespeito carnal das mulheres casadas e donzelas*” (p.36). A violência racionalizada dos jagunços incidiria sobre uma outra, caótica, comparada a uma “*loucura*”. A cena do julgamento de Zé Bebelo expõe um senso de justiça dos jagunços, apurado por uma racionalidade que se vale de critérios socialmente discutidos para definir a necessidade ou não de matar.

Embora a violência jagunça esteja vinculada à honra e à vingança, e a princípio possa servir a uma racionalidade interessada em justiça, ela não se reduz a um instrumento de valores positivos. Para alguém ou além de qualquer finalidade, a violência escapa aos esquemas lógicos de causa e efeito - nos quais se baseia o ideário de justiça - e ganha espaço por si mesma, definindo um homem humano que provoca medo.

As estórias de Aleixo, Pedro Pindó, Jazevedão e Firmiano tomam parte da narração de Riobaldo, no início do romance. Em todas elas, aparece o tema da crueldade. Aleixo é um homem que matou um velhinho que lhe pediu esmola (p.12); Pedro Pindó e sua mulher batiam com prazer no próprio filho, Valtêi,

---

2 CANDIDO, Antonio. Jagunços mineiros de Cláudio a Gujmarães Rosa. In: \_\_\_\_\_. *Vários escritos*. São Paulo, Duas Cidades, 1977.

3 GALVÃO, Walnice N. *As formas do falso*. São Paulo, Perspectiva, 1972. p.18.

que tinha gosto em maltratar e matar animais (p.14); Jazevedão era um delegado que se divertia em causar dor (p.17); Firmiano, ex-jagunço, doente, declarou a Riobaldo ter vontade de esfolar e castrar um soldado (p.20).

Mesmo que se considere que na estória de Pedro Pindó a violência dos pais surge inicialmente como modo de controlar a crueldade do filho, e que na estória do Aleixo o fato de seus filhos adoecerem provoca uma mudança em seu comportamento, a violência dessas estórias não pode ser definida apenas em termos de um campo moral, enredando culpas e castigos.

A violência, aqui, não é definida como um meio para uma finalidade diferente dela. É uma violência com fim em si mesma, violência prazerosa, divertida.

Estando aquém de uma lógica de dano e reparo, culpa e castigo, a violência não pode ser abordada pelos cânones de racionalidade, legalidade e justiça convencionais, vinculados à idéia de causalidade. Por esses cânones, é a qualidade da finalidade que pode definir o teor racional (4) e a legitimidade do ato violento. Destituída de finalidades outras, fechada em si mesma, a violência desses personagens acena com a possibilidade humana de uma pura potência de destruição, indiferente à racionalidade e à idéia de justiça.

Esse lado da violência convive com o outro, o racionalizado, ligado à justiça, num mesmo ambiente social e geográfico. Essencial à condição de vida jagunça, a violência é como que administrada por seus líderes, numa espécie de economia da destruição calcada em interesses políticos e éticos. A violência surge entre militares e jagunços, entre diferentes grupos de jagunços e nos ataques a comunidades rurais. O ritmo de permanente guerra civil é semantizado pela recorrência de expressões referentes a guerras e exércitos; os jagunços qualificam a si mesmos de "guerreiros" (5). A base dessa guerra civil tem lastro histórico, como explica Walnice Galvão. O uso da violência com finalidades políticas nas comunidades interioranas no Brasil é uma prática historicamente disseminada (6).

Alfredo Bosi, comentando a obra de José Maria Arguedas, diz que o autor peruano conseguiu travar "*o entendimento da sociedade civil do seu país como violência estrutural de raça sobre raça e, já agora, de classe sobre classe*" (7). É possível dizer, guardadas as devidas proporções, que em Rosa existe também a representação de uma sociedade civil em termos de violência estrutural, num sentido estrito: a condição de vida jagunça depende - do ponto de vista político, econômico, social e moral - do uso da violência. A definição das lideranças, que articulam as leis e dão ordens, envolve graus de capacidade para a violência.

Em suma, a estória de Guimarães Rosa envolve, por um lado, uma violência instrumental, essencial às condições de funcionamento da vida política na jagunçagem, e por outro, uma violência sem finalidades para além dela, indiferente a cânones de justiça e racionalidade, associada ao prazer.

4 ARENDT, Hannah. *Da violência*. Brasília, UNB, 1985. p.44.

5 CANDIDO, Antonio. O homem dos avessos. In: \_\_\_\_\_. *Tese e antítese*. São Paulo, Nacional, 1978. 3 ed. p.128.

6 GALVÃO, Walnice. As formas do falso. São Paulo, Perspectiva, 1972. p.21.

7 BOSI, Alfredo. O nacional e suas faces. In: V.V.A.A. *Eurípedes Simões de Paula: in memoriam*. São Paulo, FFLCH-USP, 1983. p.37.

Colocadas num mesmo quadro, essas duas formas se problematizam reciprocamente. Se a violência for essencialmente instrumental, casos como os de Pedro Pindó e Firmiano teriam de ser interpretados como comportamentos com algum tipo de ação irracional, excepcional, anômala. Se pelo contrário, for essencialmente irracional, a condição de vida jagunça não é mais que uma sucessão de episódios violentos, sem positividade última, em que o ideário de justiça é uma espécie de ilusão aceita coletivamente, sem consistência histórica real.

Ocorre que, ao longo do romance, o desenvolvimento da violência não se reduz a uma dessas possibilidades. Riobaldo, ambigualmente avesso à violência e atraído por ela, em um certo sentido persegue a explicação sobre a motivação última da violência - e, por conseguinte, a motivação de sua própria disposição para matar.

Há uma perspectiva possível de abordagem dessa questão, que definiria a motivação da violência jagunça como algo externo. Já foi mencionada a passagem que diz que, antes de Medeiro Vaz se tornar jagunço, a situação social era caótica, "*tudo era morte e roubo*" (p.36). A existência dessa espécie de violência generalizada justificaria a intervenção de uma força violenta racionalizada, organizada, justiceira. Isto é, uma situação social caótica motivaria o aparecimento de um certo regime de violência. Outro aspecto seria a hostilidade da natureza, que se apresenta claramente no episódio do Liso do Sussuarão, onde "*A luz assassinava demais*". Riobaldo diz que o Liso "*concebia silêncio, e produzia uma maldade - feito pessoa?*" (p.41/2), atribuindo às condições geográficas do lugar uma agressividade como que humana. Esses problemas complexos - conturbação social generalizada, condições geográficas inadequadas à sobrevivência humana - são fatores de pressão, privação e ameaça, fatores de sujeição à morte, que alimentam a necessidade de harmonizar a vida coletiva, pela distribuição de recursos, de terras, o que sem dúvida estaria ligado a uma definição de justiça. Ocorre que, no sertão roscano, a mobilização do ideário de justiça está articulada com o emprego político da violência. Aquilo que se quer superar equivale ao que seria o instrumento da superação.

Uma outra perspectiva possível de abordagem consistiria em definir motivações ligadas apenas à própria subjetividade, o que significaria indissociar a disposição para a violência da condição humana. O medo do "homem humano" está ligado a essa perspectiva. Nesse caso, o homem portaria uma potência de destruição, indiferente à moral, à razão e às circunstâncias exteriores.

A pergunta pela existência do demônio, pela possibilidade do pacto, que atravessa o livro, traduz num certo nível o embate entre essas perspectivas. O demônio, encarnação do Mal, é uma potência de destruição em estado puro. Ele age de fora para dentro, isto é, tem autonomia fora do homem mas pode influenciá-lo, outorgar-lhe forças. O pacto é uma forma de receber forças demoníacas, a fim de realizar a vingança. Se o pacto tiver realmente acontecido, as forças de destruição de que Riobaldo dispôs para liderar seu grupo contra o grupo de Hermógenes seriam apenas forças externas, um poder tomado de alguém de si próprio. Porém, se o demônio não existe e não houve pacto algum, então as forças vêm de dentro dele mesmo. Dele, *homem humano*.

A relevância desta dúvida está em que ela representa um desconhecimento fundamental de Riobaldo: a medida de sua própria capacidade de destruição.

A indefinição sobre a existência do demônio é fortemente vivida por ele: *"O diabo existe e não existe? Dou o dito. Abrenúncio. Essas melancolias"* (p.11). Ao longo do romance, ora o demônio é tratado como entidade maligna autônoma (nessa visão se baseia todo o episódio do pacto), ora essa visão é desmontada e o tratamento é outro: *"...o diabo vige dentro do homem, os crespos do homem - ou é o homem arruinado, ou o homem dos avessos"* (p.11). *"E o demo existe? Só se existe o estilo dele, solto, sem um ente próprio"* (p.365). A presença do diabólico figuraria uma potência de destruição, cujo controle último foge à consciência humana. A idéia do estilo demoníaco, sem ente próprio, remete para uma convergência entre propriedades do Mal e a ação humana.

O problema do pacto em Rosa se coloca de modo diferente em relação a Goethe e Thomas Mann. Aqui, o auxílio do demônio teria como finalidade aumentar em Riobaldo a capacidade de destruição, a ser empregada no projeto de vingança contra Hermógenes. Isto é, o uso das forças malignas não está a serviço de algo de teor humanista, como o conhecimento ou a arte, mas - ainda que considerada como instrumento de justiça - da violência, da determinação de um assassinato. Não se pode, no caso, superestimar o componente de justiça no processo. Riobaldo deixa claro que há uma consistência entre o demônio e a violência. *"Guerra diverte - o demo acha"* (p.48).

O problema de definir se o demônio realmente existe não está reduzido apenas a um interesse pessoal. Riobaldo vê necessidade em se reconhecer nele algo que exige ação política. *"Olhe: o que devia de haver, era de se reunirem - se os sábios, políticos, constituições gradas, fecharem o definitivo a noção - proclamar por uma vez, artes assembléias, que não tem diabo nenhum, não existe, não pode. Valor de lei! Só assim, davam tranquilidade boa à gente. Por que o Governo não cuida?"* (p.15). O problema do demônio - e com ele, o da origem da capacidade de destruição - é encarado como intelectual, político e jurídico. Trata-se de entregar a autoridades letradas o problema, o que se relaciona com o papel do interlocutor de Riobaldo. Embora, ao longo do romance, não apareçam frases atribuíveis à sua voz, ele é mencionado como alguém que *"ouve, pensa e repensa, e rediz"*. Pelo menos virtualmente, Riobaldo espera do interlocutor auxílio no esclarecimento do significado dos fatos de sua trajetória. *"Conto ao senhor é o que eu sei e o senhor não sabe; mas principal quero contar é o que eu não sei se sei, e que pode ser que o senhor saiba"* (p.125).

Entre as dúvidas de Riobaldo, uma apresentada logo no início da narração vincula o problema do demônio com a visão da condição de vida jagunça. *"E, mesmo, quem de si de ser jagunço se entrete, já é por alguma competência entrante do demônio. Será não? Será?"* (p.11). Está em jogo nessa associação um dos problemas centrais do romance - a definição das condições de vida na jagunçagem em termos de uma ligação com o demônio, isto é, de um compromisso com a destruição. O problema da origem do Mal, que está contido na interrogação sobre o demônio, se articula com o da origem da violência, vinculado às reflexões sobre a jagunçagem. Os dois se unem num problema complexo, figurado nessa imagem de jagunços em ação destruidora com forças que não são deles próprios, a serviço de um Mal substancial, potência destrutiva sem horizonte positivo último. O que determinaria enfim as ações jagunças, nesse caso, seria então não um ideário de justiça, mas o puro

Mal, cuja origem é interrogada.

O demônio é associado à desordem, ao ilógico, ao inexplicado. Quando explica como se realiza um pacto, Riobaldo diz que *“vem um pé-de-vento, sem razão, e arre se comparece uma porca com ninhada de pintos, se não for uma galinha puxando barrigada de leitões. Tudo errado, remedante, sem completção...”* (p.40). Essas imagens de perturbação da ordem natural se vinculam à disposição, por parte do homem, para a ação sem razão, infundada, inexplicada. Trata-se de não mais perceber relações de causa e efeito entre as coisas. Cabe reiterar que a disposição para a violência não instrumental, sem finalidade para além de si mesma, estaria relacionada a isso.

A associação entre o demoníaco e a violência ocorre ainda na caracterização de Hermógenes, que entre todos os jagunços, foi o único que *“nasceu formado tigre, e assassim”* (p.16). Riobaldo, em certo ponto, diz que as ações de Hermógenes seriam orientadas pelo demônio (p.229); noutra, que *“não sofria nem se cansava, nunca perdia nem adoecia; e o que queria, arrumava, tudo”* (p.309) por causa do pacto. Personagens secundários, como João Bugre (p.39/40), João Goanhá (p.53) e Lacrau (p.308) apontam Hermógenes como pactário. E, sendo responsável pela morte de Joca Ramiro, ele se torna o alvo da vingança de Diadorim e Riobaldo. Matar Joca Ramiro, líder justiciero dos jagunços, é considerada violência injusta, traidora, que, para Diadorim e Riobaldo, exige vingança. Cabe enfatizar que, nesse caso, a violência que está fora dos cânones de justiça é a mesma que é demoníaca.

O fato de Hermógenes ser considerado pactário se liga diretamente ao interesse de Riobaldo em ele mesmo fazer um pacto. Segundo Antonio Candido, *“a vingança contra o bando traidor de Hermógenes e Ricardão só pode ser efetuada quando Riobaldo, novo chefe do bando que representa o lado justo das coisas no sertão, passa por um processo de mudanças de personalidade, simbolizada no pacto com o diabo, que completa a riqueza da situação, instalando-o também no terreno do mal”* (8); *“Riobaldo sai /do episódio do pacto/ transformado - endurecido, arbitrário, roçando a crueldade, na prepotência das funções de mando que logo assume, em contraste com a situação anterior, em que as tinha rejeitado”* (9). Para derrotar o maligno e cruel Hermógenes, Riobaldo passa a se identificar com ele, a partir do igualamento como pactário. Se vigorar, entre as interrogações do narrador, a hipótese de que o demônio realmente existe, já não se trata de um defrontamento entre bons e maus, mas de duas forças que se equivalem como malignas. Ainda que uma seja considerada vingadora e outra traidora, da perspectiva da justiça do grupo, ambas atuariam com forças demoníacas. Por trás da oposição, um conflito entre iguais.

Há algumas marcas da simpatia que Riobaldo sentia por Hermógenes. Uma está no fato, já comentado, de que o protagonista gosta quando o outro o elogia (p.155). Outra, na admiração com que comenta a aptidão de Hermógenes para as determinações guerreiras (p.154). Por outro lado, o ódio que Riobaldo sente por seu antagonista, que o move na determinação de matar, é um ódio inexplicado. *“Nem, no meu juízo, para essa aversão não carecia de compor explicação e causa, mas era assim, eu era assim. Que ódio é aquele que não*

---

8 CANDIDO, Antonio. Jagunços mineiros de Cláudio a Guimarães Rosa. op.cit.p.153.

9 CANDIDO, Antonio. O homem dos avessos. op.cit.p.133.



*carece de nenhuma razão?*” (p.298). “*Tive ódio dele? Muitos ódios. Só não sabia por quê. Acho que tirava um ódio por causa de outro, cosidamente, assim seguido de diante para trás o revento todo. A modo que o resumo da minha vida, em desde menino, era para dar cabo definitivo do Hermógenes - naquele dia, naquele lugar*” (p.434). Essas afirmações impedem que se atribua a razão da determinação em matar apenas em função da vingança em nome de Joca Ramiro. Se fosse apenas a imposição de justiça, não haveria incógnitas a respeito desse ódio. Ocorre que um ódio se entrelaça com outros, em cadeia, sendo a morte de Hermógenes um desembocadouro de uma estória complexa.

Quando Riobaldo diz não saber por que tem ódio de Hermógenes, apontando assim que a motivação de sua própria determinação em matá-lo está privada de uma racionalidade que a justifique plenamente, abre espontaneamente uma analogia entre os dois, indicada com seu próprio modo de se referir ao inimigo. “*O Hermógenes: mal sem razão*” (p.409).

O tema da ausência de racionalidade no Mal está figurado na imagem do *demônio como louco*, “o doido completo” (p.179). Em certo ponto, logo após falar do “*medo do homem humano*”, Riobaldo faz alusão a “doideiras” que “*havam de estar regendo o costume da vida da gente*” (p.307). O maligno e o demoníaco tomariam forma na loucura; e esta estaria por trás dos comportamentos habituais. Já foi mencionado que, no caso do sertão roseano, a violência é uma norma de conduta; nesse quadro, é possível inferir que a loucura estaria por trás da violência - não apenas da que é “sem razão”, mas também da que se incorpora ao costume da vida jagunça.

Como a loucura se inscreve nos comportamentos habituais, no “costume da vida da gente”, ela não se reduz à excepcionalidade, ela se integra às regularidades do modo de vida da jagunçagem. Trata-se de uma situação que não é nem o total desregramento de uma loucura avessa à sociabilização, nem a vida social perfeitamente coordenada e explicada pela racionalidade. Nesse fio, entre o caos e a ordem, a razão é problematizada, mas não eliminada; a legalidade e a justiça funcionam, mas somente em parte; os homens têm controle sobre suas próprias ações, apenas até certo ponto. Trata-se da “*compresença embaraçosa de acaso e necessidade, desordem e coerência*” (10).

As idéias de que os costumes são regidos por doideiras, e que o demônio é o “doido completo” estão ligadas a problemas de ordem ética e epistemológica, relativos à problematização da definição dos significados das ações. Num universo em que doideiras regem costumes e o “homem humano” provoca medo no próprio homem, as categorias morais são precárias para diferenciar as ações humanas. “*...a gente não sabe em que rumo está - em bem ou mal, todo-o-tempo reformando?*” (p.410). O bem, o mal, o justo, o traidor, o real e o aparente têm seu sentido posto em dúvida, e são integrados a um quadro que suscita contínuas interrogações. Como o poder de referência dessas categorias não garante certezas, a definição do sentido dos acontecimentos não é passível de irreduzibilidade. O conhecimento é, necessariamente, sujeito ao equívoco, e à abertura ao insólito.

Roberto Schwarz entende que “a presença do insólito” para Riobaldo está essencialmente ligada a Diadorim. Para ele, a “paixão vedada” é origem

---

10 BOSI, Alfredo. Acaso, necessidade. In: \_\_\_\_\_. *Céu, inferno*. São Paulo, Ática, 1988. p.269.

do pacto demoníaco; e a fúria contra Hermógenes é o amor transformado em determinação guerreira (11). Sua interpretação aponta para a idéia de que a sexualidade reprimida e incompreendida por Riobaldo é o fundamento último de sua experiência do inexplicado, do “mal sem razão”.

Para Benedito Nunes, a “*potência do Desejo, o ‘ruim-querer’*” é a “*potência estranha, demoníaca*” que se revela como humana. O pacto com o demônio se vincula ao “pacto do amor proibido” por Diadorim. Nunes identifica Diadorim com um mito, a “Criança Primordial”, ambígua fonte do Bem ou do Mal (12).

As interpretações de Schwarz e Nunes apontam para a paixão proibida como origem do demoníaco. É possível entender que a impossibilidade de exteriorizar o desejo sexual institui uma desordem emocional, uma espécie de confusão nos processos da subjetividade. Há um episódio que confirma essa interpretação. É a conversa em que Diadorim conta a Riobaldo que Joca Ramiro era seu pai. Entre sentimentos como vergonha e surpresa, Riobaldo está internamente conflitado e, diante do amigo, tendo vontade de dizer algo, espontaneamente diz outra coisa, com agressividade. “De um acaso, de mim eu sabia: o que compunha minha opinião era que eu, às loucas, gostasse de Diadorim, e também, recesso dum modo, a raiva incerta, por ponto de não ser possível dele gostar como queria, no honrado e no final” (p.32/3).

A figura de Diadorim, ambigualmente, suscita um sentimento diferente dessa inquietação: “*Pensar em Diadorim, era o que me dava cordura de paz*” (p.160). Noutro ponto, Riobaldo diz: “*Era ele estar perto de mim, e nada me faltava*” (p.114). Sendo privação da paz e da plenitude, o recalçamento da paixão coincidiria com desordem maligna - violência e carência.

Há um desdobramento desse aspecto que poderá ser esclarecido com base em uma idéia tratada por René Girard, que é apresentada aqui em redução proposital, sem a consideração de seus antecedentes e desdobramentos conceituais. A idéia consiste em que a ordem cultural é “um sistema organizado de diferenças”, e a supressão de diferenças ameaça a preservação pacífica da cultura (13).

Se tomarmos a jagunçagem como ordem cultural, é possível observar que, pelo menos em dois sentidos, Riobaldo rompeu com estruturas de diferenciação básicas para essa ordem.

Sua paixão por Diadorim subverte a lei segundo a qual jagunços se envolvem amorosamente apenas com mulheres, e não entre si. A homossexualidade é considerada, pela voz de Riobaldo, “*vício desenhado*” (p.114). É possível dizer que, para ele, as diferenças entre o masculino e o feminino, e o amor e a amizade, são problematizadas. Diadorim, também, de outro modo, está acima da distinção masculino/feminino.

Riobaldo problematiza também a diferença entre agentes e vítimas da violência, em passagem anteriormente comentada (da p.308). Ao pensar na

---

11 SCHWARZ, Roberto. Grande sertão e Dr. Faustus. In: \_\_\_\_\_. *A sereia e o desconfiado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981. p.48-9.

12 NUNES, Benedito. Literatura e filosofia (Grande sertão: veredas). In: LIMA, Luiz Costa, org. *Teoria da literatura em suas fontes*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1983. 2 ed. V.1. p.197-8.

13 GIRARD, René. *A violência e o sagrado*. São Paulo, Paz e Terra/UNESP, 1990. p.69.

virtual reversibilidade de posições, ele se interroga sobre o problema da disposição para a destruição.

O mote “*Tudo é e não é*” (p.12) está ligado a tudo isso. Riobaldo percebe que um sentimento imprevisível e fora de controle pode relativizar uma disposição tão básica quanto a sexual; e que há um componente circunstancial em estar integrado a seu grupo e não ser vítima dele, o que relativiza sua própria identificação com o grupo. *O imprevisível e o contingente condicionam o que aparentemente é seguro.*

A condição jagunça, tal como apresentada no livro, é inconsistente com a indiferenciação entre homens e mulheres (de modo que Deodorina precisa se disfarçar), e impensável sem a organização do poder jagunço, internamente e diante dos militares ou vítimas ocasionais (se os amigos se tornassem inimigos constante e aleatoriamente, não se sustentaria qualquer padrão de justiça, havendo violência generalizada).

Por esse raciocínio, é possível afirmar que a “doideira” ou o insólito estão ligados à problematização de diferenças básicas da ordem cultural. Ela faz com que Riobaldo tenha uma relação ambígua, ora distanciada, ora integrada à condição jagunça.

O Mal humano, assim, estaria essencialmente ligado a uma inadequação em relação à ordem cultural, que poderia se desdobrar em força maligna (desordenadora) contra o sujeito e a própria ordem cultural. Pois a supressão das diferenças básicas é destruição de algo essencial na auto-sustentação da cultura como um todo; portanto, ainda que subjetiva, secreta e minimalmente, é uma experiência de destruição da própria ordem cultural, de consequências imprevisíveis.

Esse caráter problemático da relação entre Riobaldo e a ordem cultural impede que ele possa ser considerado um personagem heróico. É fundamental para a existência heróica que os valores sociais fundamentais não tenham adquirido “*objetividade separada da subjetividade individual*”. Quando essa separação existe, como no caso de Riobaldo, trata-se de uma existência prosaica, não heróica.

Por outro lado, um aspecto importante do livro remonta ao heróico - a vingança, como forma de justiça que depende “*da subjetividade daqueles que se encarregam do ocorrido (...) à base do direito que fala de dentro deles*” (14). A obra combina, ambigualmente, o prosaico e o heróico.

Essa combinação corresponde, em termos de gêneros literários, à articulação do épico e do romanesco. A ação heróica, própria do épico, tem como base, para Hegel, “*movimentos guerreiros*”; “*a vingança pessoal, e também uma certa crueldade, fazem parte desta energia de épocas heróicas*” (15). Porém, Riobaldo tem uma relação ambígua com a violência, e seu empenho no plano de vingança está ligado a um ódio por Hermógenes cujo fundamento ele mesmo desconhece. Assim, o sentido das ações guerreiras é problematizado por Riobaldo, e os elementos propriamente épicos funcionam, ambigualmente, como parte de uma estrutura romanesca.

O ponto de vista da narrativa remete à tradição épica pela representação de oralidade, incorporada ao romance escrito. O fato de Riobaldo estar expondo

14 ROSENFELD, Anatol. Heróis e coringas. In: *Teoria e prática*. São Paulo, (2):41-3, out.s.a.

15 HEGEL. A poesia épica. In: \_\_\_\_\_. *Estética - poesia*. Lisboa, Guimarães, 1980. ps.151, 160.

sua narrativa a um interlocutor, quando velho, próximo da morte, o aproxima dos narradores antigos, comentados por Walter Benjamin (16). Porém, diferentemente deles, que com suas narrações transmitem uma sabedoria calcada na experiência, de valor utilitário para a comunidade, Riobaldo faz de sua narração um processo interpretativo, em que se articulam dúvidas e se busca um conhecimento sobre sua própria experiência. A obra é marcada pela necessidade de uma contínua reflexão (17). As diversas passagens em que o processo de narração é comentado (por ex., ps. 77-8, 79, 135, 142) mostram como é difícil para Riobaldo definir o significado dos acontecimentos de sua trajetória. Quando responde de maneiras diferentes às interrogações “foi?” e “teria sido?” (p.142), pensa na relativização de sua própria perspectiva de narração. Para Riobaldo, os fatos não têm nexos evidentes entre si; as lembranças podem ser interpretadas de forma diferente, de acordo com as variações de sua perspectiva; e ele mesmo se percebe como se fosse “*diferente pessoa*” em “*cada vivimento*” (p.78). O narrador oral e autoconsciente sente-se obrigado a julgar-se um narrador precário, contrastando com os narradores antigos a ponto de comentar a crise de sua relação com a matéria que narra: “*estou contando errado*” (p.77); “*falo falso*” (p.142).

Benedito Nunes estabelece uma afinidade entre o viver e o narrar de Riobaldo. O “*viver perigoso*”, “*cuja regra certa (...) não se possui antecipadamente*” (18), é análogo ao narrar. “*Narrar é perigoso, porque não se pode contar tudo - porque não se pode contar certo - e porque se deve fazê-lo*” (19). Para Nunes, o que une o viver e o narrar é a temporalização.

Pensando em torno do tema da violência, é possível desenvolver essa mesma linha de raciocínio. Cabe retomar alguns temas para esclarecer esse ponto. No sertão roseano, convivem a violência a serviço da justiça, racionalizada e integrada aos valores culturais, e a violência não instrumental, estranha aos cânones de racionalidade e legalidade baseados na relação entre causa e efeito. Essa convivência perturbadora se vincula ao tema do demoníaco, à origem do Mal e à idéia de que doideiras regem os costumes, e a articulação desses elementos teria como fundamento uma experiência de destruição de bases da cultura, pela supressão de diferenças que lhe são essenciais, que é desordenadora da subjetividade e tem consequências imprevisíveis.

A base da complexidade da narração talvez seja precisamente essa desordem da subjetividade, no sentido de que é pela razão de ter rompido com bases da cultura jagunça nos fios da experiência que Riobaldo constitui uma relação ambígua com seu próprio modo de vida, sem entregar-se integralmente a ele; e as ambigüidades do passado potenciam-se no momento presente da narração. As coisas não têm significados claros, mas sim, “*astúcia (...) de se remexerem dos lugares*” (p.142), o que dificulta o enlaçamento dos acontecimentos em processos de causa e efeito.

No interior da narração, enfim, conviveriam acontecimentos cuja causa e significado se apresentam como explicáveis, e fatos complexos que parecem

---

16 BENJAMIN, Walter. O narrador. In: *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo, Brasiliense, 1985. (Obras escolhidas, 1)

17 NUNES, Benedito. *Literatura e filosofia (Grande Sertão: Veredas)*. p.200.

18 Idem. p.201.

19 Idem. p.203.

irredutíveis à determinação de uma causalidade ou um sentido preciso. A convivência perturbadora potencia ambigüidades continuamente, ao longo da narração. Analogamente, a convivência perturbadora da violência a serviço da justiça e da violência estranha aos cânones de racionalidade problematiza a possibilidade de um fundamento harmônico último em uma ordem cultural como a jagunça, em que a violência é estrutural.

#### ABSTRACT

*This study tries to examine violence in João Guimarães Rosa's novel Grande Sertão: Veredas. In this book, the violence is evaluated by the narrator, Riobaldo, sometimes as an external phenomenon, considered strange and condemned, and sometimes as a subjective interest, in that case associated to pleasure. From this duality results an ambiguous conception of justice. This subject is examined considering its relations with the following topics - the devil, the life in groups of "jagunços" and the forbidden passion - and also with aspects of the narrative structure.*

*Key-words: Violence; Devil; Narrator; Justice; Passion.*